

• **Constituinte**

ADUBOS TREVO  **GRUPO LUXMA**

REAÇÕES

Ulysses destaca quatro pontos da nova Carta que mudam rumos do País

por Mariângela Hamu de Brasília

A nova face que o Brasil ganhará após a promulgação da futura Carta Magna — provavelmente em setembro próximo — foi definida pelo presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, durante jantar com jornalistas, na terça-feira, em Brasília, com a indicação dos quatro pontos que formarão o eixo principal dessa "grande metamorfose". "Será um país reabilitado diante do seu povo e a serviço dele", disse Guimarães.

Na manhã da mesma terça-feira, o presidente havia recebido das mãos do relator Bernardo Cabral o projeto que irá a votação em segundo turno, a partir do próximo dia 21. "Esta não será uma Constituição para consulta de burocratas; terá cheiro de povo, será andarilha, irá à periferia do encontro dos miseráveis", afirmou, exibindo o documento.

À noite, instalado no confortável sofá da principal sala de sua casa, na península dos ministros, Ulysses Guimarães explicou o que, afinal, fará o País mover-se nessa direção.

"São quatro os pontos mais importantes: o fortalecimento do Congresso; o fortalecimento da federação; a universalização da Previdência; e a conquista do referendo popular, que dará ao País um poder maior que todos os outros, o 'supremíssimo'", disse.

"O fortalecimento do Congresso e de suas prerrogativas acabará com a figura do presidente imperador, coroado por quatro anos, que pode tudo", afirmou.

"Teremos, com a nova Constituição, um Congresso muito mais forte, semelhante ao Congresso dos Estados Unidos, que divide atribuições e responsabilidades com o presidente da República. Sobre tudo na definição das matérias orçamentárias, isso será extremamente importante", disse o presidente.

"Ele lembrou visitas que fez a vários países, e assegurou que nenhum outro Congresso possui as dimensões físicas do Congresso Nacional. E concordou com a observação do chefe de uma delegação parlamentar britânica, lembrada por um jornalista, que em visita a Brasília, há alguns anos, sugeriu que o País

fortalecesse o seu Congresso para que suas prerrogativas fossem um dia tão amplas quanto suas instalações.

"O fortalecimento da federação se dará com a distribuição mais justa de recursos entre os estados. Isto regionalizará a fiscalização da administração pública e acabará com os intermediários. Se alguém leva um saco de cimento da prefeitura para a casa do prefeito, o cidadão logo grita. Assim é que o dinheiro público será melhor aplicado e fiscalizado", disse Ulysses Guimarães.

O presidente revelou, a propósito dessa transferência de recursos da União para os Estados, por meio da reforma tributária aprovada, que os encargos também serão transferidos pela União. "Num encontro que tivemos há dias, o ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, disse-me que isso ocorrerá", afirmou Guimarães, lembrando que não há motivos para que o governo tente modificar essa decisão da Constituinte no segundo turno.

A universalização da Previdência e Assistência Social foi o terceiro item citado pelo presidente. "A partir desta promulgação todos os cidadãos terão direito a assistência do Estado na área da saúde. E a opção do País pelos 'miseráveis'", disse, lembrando que, hoje, só se beneficia quem pode contribuir mensalmente.

O último ponto assinalado por Ulysses Guimarães é o que estabelece o referendo popular e o plebiscito.

"O povo conseguiu recapturar a sua soberania. Temos, atualmente, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Agora teremos o povo, de fato, no poder.

Por meio desses instrumentos", afirma Ulysses Guimarães. O povo poderá declarar a nulidade dos textos legais, será o poder maior da Nação. Hoje temos no supremo o poder maior. Agora teremos o 'supremíssimo'", afirmou.

O presidente fez uma ampla análise de alguns pontos não bem explicados no texto constitucional já aprovado, e admitiu que a Carta tem falhas. "São falhas pequenas, entretanto. Neste segundo turno, vamos aparar os excessos e teremos, amanhã, um novo Brasil."

"LOBBY"

A estratégia dos empresários para as votações do 2º turno

Trinta representantes de confederações e entidades empresariais de todo o País, reunidos ontem à tarde na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, decidiram: nessas duas semanas que antecedem o início do segundo turno de votações da Assembleia Nacional Constituinte, as lideranças locais do empresariado visitarão os constituintes em todos os estados, para tentar convencê-los a retirar do texto da nova Constituição os equívocos que acreditam terem sido aprovados na primeira rodada de votações.

"O primeiro turno foi marcado pelo apelo emocional", diagnosticou Rui Altenfelder, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), ao final do encontro. "Mas no segundo turno temos certeza de que a razão predomi-

nará." Segundo os planos traçados no encontro de ontem, cada constituinte deverá receber uma lista de 24 tópicos que os empresários desejam ver longe do texto constitucional.

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da CNI, acredita, no entanto, que o poder de fogo do empresariado será centrado sobre no máximo dez itens. O principal deles é a limitação em seis horas para os turnos ininterruptos de trabalho. Também está na mira o amplo direito de greve aprovado no primeiro turno. A competência normativa da Justiça do Trabalho, que permite a ela "estabelecer normas e condições", é igualmente considerada prioritária. De acordo com o senador, a retirada desses três itens já seria uma vitória para os interesses dos industriais.

"Vamos concentrar esforços para aprovar o es-

sencial, pois sabemos que qualquer alteração no segundo turno será muito difícil sem uma ampla negociação", adianta Franco.

Ele admite que ninguém tenta mais alterar decisões como as que estabeleceram o máximo de 44 horas semanais para as jornadas de trabalho e o pagamento de horas extras com o adicional de 50%. Mesmo temas considerados polêmicos, como a licença-paternidade e a ampliação da licença para a gestante, não estão contemplados na lista de prioridades elaborada pelas entidades empresariais.

Estão ali, no entanto, tópicos que ainda não chamaram bastante atenção dos parlamentares com quem esperam contar na Constituinte. As entidades querem suprimir artigos que integram o mercado inter-

proibem o investimento estrangeiro na saúde; limitam a 12% a taxa de juros; vedam contratos de risco; e nacionalizam a produção mineral.

Os empresários também querem retirar da Constituição os artigos que estabelecem o Estado como agente normativo e regulador da economia; definem empresa nacional e lhe dão preferência nas compras do poder público; criam o imposto sobre grandes fortunas; estabelecem adicional de Imposto de Renda para os estados; concedem imunidade tributária a entidades sindicais patronais; uniformizam a jurisdição trabalhista pelo Tribunal Superior do Trabalho; estatizam a distribuição de gás canalizado; concedem aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; e concedem férias com remuneração um terço maior do que os salários.

DÍVIDAS

Serra espera um entendimento para mudar os termos da anistia

O dispositivo constitucional que concede anistia às micro e pequenas empresas que contrairam empréstimos durante a vigência do Plano Cruzado poderá ser alterado no segundo turno de votações, na opinião do deputado federal José Serra (PSDB-SP). Ele acredita na possibilidade de um entendimento político para conceder o benefício apenas depois de um exame detalhado de cada caso.

As agências de notícias informam que, segundo Serra, a anistia, nos moldes aprovados no primeiro turno, beneficia muitas empresas que não precisam desse tipo de ajuda e o faz à custa da sociedade, especialmente dos setores que não têm condições de se defender dos aumentos de taxas e impostos. De forma geral, porém, o deputado

acha que não haverá grandes alterações no segundo turno.

MARANHÃO
Caso a Assembleia Nacional Constituinte aprovasse o texto original que anistia os débitos de produtores rurais, o sistema financeiro do Maranhão teria um prejuízo aproximado de CZ\$ 500 milhões, segundo levantamento encomendado ao Banco do Estado do Maranhão (BEM) pelo Banco Central (BC).

O presidente do BEM, Sérgio Rodrigues, estima que o perdão, caso o texto seja aprovado no segundo turno, envolva um montante de CZ\$ 250 milhões, aproximadamente.

Para Sérgio Rodrigues, a questão dos débitos bancários seria "um absurdo ser incluída na futura Constituição".

Líderes criticam duas alterações de Cabral

Pelo menos duas, das quinze alterações propostas pelo relator Bernardo Cabral para aprimorar o texto da nova Constituição, foram criticadas pelos parlamentares. O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), reconhece a intenção do relator em sanar as incorreções do projeto, mas considera que Cabral extrapolou, ao propor alterações que modificam o mérito de matérias aprovadas pelo plenário, como relata a Agência Globo.

Na introdução do Projeto de Constituição, Cabral relaciona os dispositivos que, na opinião dele, merecem ser revistos pela Comissão de Redação Final e pelo plenário. Ele incluiu nessa lista a necessidade de unificar as datas de posse dos governadores e prefeitos, previstas, respectivamente, para 1º de janeiro e 31 de janeiro, e de se estudar uma nova redação para o artigo que regula a criação de cooperativas, além das regras para criação, desmembramento e fusão de estados.

A maior parte dos itens pode ser corrigidas, se os constituintes acatarem as sugestões do relator, através de emendas destinadas a sanar contradições do texto. Este é o caso, por exemplo, da unificação das datas de posse dos titulares do Executivo — desejada por todos os líderes — e das questões ligadas à remuneração máxima dos ministros do Supremo e desembargadores. Outras, como a ausência da fixação do quórum para o Congresso Nacional e o critério de li-

mitação da remuneração dos vereadores, prefeitos e vice-prefeitos dos municípios localizados nos territórios, podem ser solucionadas com emendas que visam corrigir omissões. Os constituintes podem ainda lançar mão de emendas supressivas para adequações do texto.

Segundo o líder do PMDB, os pontos relacionados por Cabral terão de ser analisados separadamente. Jobim discorda, por exemplo, da sugestão do relator de normatizar, incluindo a expressão "na forma da lei" no artigo que confere ao preso o direito pleno de identificar os responsáveis por sua prisão.

Estes dois temas também foram colocados em dúvida pelos deputados José Genoíno (PT-SP) e Valdo Barbosa (PDT-RJ), designados por seus partidos para as negociações. Genoíno acha que uma simples revisão dos temas pelo plenário pode resolver a maior parte dos problemas levantados por Cabral. Já o deputado Valdo Barbosa confia na Comissão de Redação Final para estas adequações, que depois de processadas voltariam para a deliberação do plenário.

"As mudanças só serão feitas por acordo, não existe outra fórmula" — assegurou o líder do PMDB. O líder do PCB, Roberto Freire (PE), ao contrário dos demais, reforçou a posição do relator, propondo, inclusive, uma alteração no regimento, permitindo que estas sugestões pudessem ser apreciadas no plenário em forma de emendas.

Agenda

PRÓXIMAS SESSÕES
• **EMENDAS** — O presidente em exercício da Assembleia Nacional Constituinte, senador Mauro Benevides, está mobilizando os constituintes para que estejam a partir de hoje em Brasília para as sessões da assembleia destinadas à discussão do

projeto constitucional aprovado em primeiro turno. Serão cinco sessões para a discussão do projeto e a apresentação das emendas. A primeira sessão começa às 14h30 de hoje. Benevides pretende realizar as cinco sessões nesta quinta, sexta, sábado, domingo e segunda-feira.